



O PAPEL DO **ROADMAP BAKU** À BELÉM DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Rodrigo C. A. Lima
Sabrina Kossatz Borba¹

O PAPEL DO ROADMAP BAKU À BELÉM DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

A 29ª Conferência das Partes (COP29), em Baku, lançou um chamado global para a mobilização de US\$ 1.3 trilhão anuais em financiamento climático para países em desenvolvimento até 2035, provenientes de fontes públicas e privadas.² Para tanto, a decisão sobre a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) estabeleceu o “Roteiro de Baku à Belém para US\$ 1.3 trilhão” (*Roadmap Baku-Belém*), coordenado pelas Presidências da COP29 e da COP30, em consulta com as Partes, com o objetivo de ampliar o financiamento climático e definir os caminhos para diversificar as fontes e instrumentos de financiamento.

A ambição da NCQG, reunindo todos os países e diferentes atores como essenciais para mobilizar recursos provenientes de diversas fontes, reflete o desafio de reformular a agenda de financiamento como catalisador de ações climáticas que gerem resultados de mitigação ou adaptação e, de forma mais ampla, fomentem desenvolvimento.

Estimativas do Grupo Independente de Especialistas de Alto Nível em Financiamento Climático (IHLEG) indicam que, com exceção da China, os países em desenvolvimento necessitarão de US\$ 2,4 trilhões por ano até 2030

¹Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 21 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis. E-mail: rodrigo@agroicone.com.br. Sabrina Kossatz Borba é advogada e pesquisadora na Agroicone, especialista em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com expertise em política comercial, mudanças climáticas, mercado de carbono e agropecuária sustentável. E-mail: sabrina@agroicone.com.br

²UNFCCC. Decision 1/CMA.6. New collective quantified goal on climate finance. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/644937>

para atingir suas metas climáticas.³ Desse montante, cerca de US\$ 1,4 trilhão viria de fontes nacionais e US\$ 1,3 trilhão de investimentos estrangeiros.

Lançado em 5 de novembro de 2025, o *Roadmap* Baku-Belém propõe um caminho para operacionalizar a nova meta de financiamento climático, oferecendo uma visão clara sobre o que precisa ser financiado e de que forma.⁴ O documento apresenta ações de curto prazo que podem ser implementadas pelas Partes, organismos multilaterais e o setor privado.

Embora o financiamento público mantenha papel central, sobretudo para adaptação e para apoiar países mais vulneráveis, o alcance da meta de US\$ 1.3 trilhão depende de uma mobilização de múltiplas fontes de financiamento e da reestruturação da arquitetura financeira global. Isso requer avanços em novos mecanismos financeiros e estruturas regulatórias que incentivem investimentos de longo prazo com benefícios de mitigação e adaptação.

Este *policy brief* tem como propósito contextualizar o papel do *Roadmap*, destacando as iniciativas que contribuíram para o seu desenvolvimento, bem como os elementos centrais que deverão compor a nova trilha de financiamento climático a partir da COP30.

1. CÍRCULO DE MINISTROS DE FINANÇAS DA COP30

O Círculo de Ministros de Finanças da COP30 emerge como uma contribuição central para o desenvolvimento do *Roadmap* Baku-Belém, posicionando a conexão entre clima e finanças no centro das discussões para viabilizar a NCQG, tendo em conta os desafios para ampliar significativamente a disponibilidade de recursos e o acesso a financiamento para gerar ganhos de mitigação e de adaptação.

A iniciativa teve início durante a *Spring Meeting* do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em abril de 2025, em Washington⁵, quando

³IHLEG. Raising ambition and accelerating delivery of climate action. Third report of the Independent High-Level Expert Group on Climate Finance. Disponível em: https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2024/11/Raising-ambition-and-accelerating-delivery-of-climate-finance_Third-IHLEG-report.pdf

³Ministério da Fazenda. Brasil lança a iniciativa Círculo de Ministros de Finanças da COP30. Disponível em:

⁴UNFCCC. Baku to Belém Roadmap to 1.3T. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/650953>

⁵Ministério da Fazenda. Brasil lança a iniciativa Círculo de Ministros de Finanças da COP30. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2025/abril/brasil-lanca-circulo-de-ministros-de-financas-da-cop30

foram debatidos elementos essenciais do roteiro para mobilizar US\$ 1.3 trilhão anuais até 2035. O encontro reuniu representantes de instituições financeiras internacionais, especialistas, setor privado e sociedade civil, com o objetivo de avaliar progressos, identificar desafios e propor soluções para ampliar o financiamento climático.

Presidido pelo Ministro Fernando Haddad e composto por ministros de finanças de mais de 35 países, o Círculo teve como missão apresentar recomendações concretas à Presidência da COP30, estruturadas em cinco eixos estratégicos:

i. Reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento:

- Renovar a eficiência operacional e as estruturas de governança;
- Promover instrumentos financeiros inovadores;
- Aprimorar a colaboração para criar pipelines de projetos robustos;
- Alinhar as estratégias com objetivos climáticos globais.

ii. Expansão do financiamento concessional e dos fundos climáticos:

- Impulsionar a escala, a coerência e a efetividade do financiamento climático global;
- Aumentar a mobilização financeira dos Fundos Verticais para Clima e Meio Ambiente;
- Implementar uma abordagem integrada voltada para o país; e
- Melhorar o acesso e a eficiência dos fundos individuais.

iii. Criação de plataformas nacionais e fortalecimento da capacidade doméstica para atrair investimentos sustentáveis:

- Apoiar os países interessados em utilizar esse modelo;
- Promover um ecossistema global para investimentos sustentáveis;
- Alavancar a tecnologia para transparência e inovação;
- Priorizar projetos de alto impacto;
- Impulsionar a capacidade doméstica para estimular investimentos climáticos;

- Disseminar e padronizar instrumentos voluntários para o gerenciamento da dívida; e
- Utilizar plenamente os recursos concessionais e a capacitação do FMI.

iv. Desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores para mobilização de capital privado

- Renovar os mecanismos de mitigação de riscos;
- Avançar os instrumentos financeiros inovadores;
- Alavancar parcerias público-privadas (PPPs); e
- Explorar a implementação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

v. Fortalecimento das estruturas regulatórias para o financiamento climático:

- Simplificar os processos regulatórios e reduzir a complexidade;
- Avançar as estruturas de mercado de carbono; e
- Expandir e operacionalizar taxonomias sustentáveis.

Para garantir a efetividade e a representatividade do processo, foram estabelecidos três grupos consultivos: (i) um Grupo Consultivo de Especialistas, responsável por orientações técnicas; (ii) um Grupo de Engajamento do Setor Privado, para alinhar estratégias de investimento com objetivos sustentáveis; e (iii) um Grupo de Consulta da Sociedade Civil, para assegurar a inclusão de vozes diversas na governança do financiamento climático.

Ao longo do ano, o Círculo realizou consultas regulares, culminando na *New York Climate Week*, em setembro, onde relatórios preliminares sobre oportunidades de mobilização de capital em larga escala foram apresentados a representantes do setor privado.

O relatório final, apresentado em outubro durante os encontros anuais do Banco Mundial e do FMI, em Washington, propõe um conjunto de recomendações para ampliar o financiamento climático, incluindo⁶:

- Expansão do financiamento concessional voltado à adaptação climática e perdas e danos;

⁶COP30. Relatório do Círculo de Ministros de Finanças da COP30. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/relatorio-do-circulo-de-ministros-de-financas-da-cop30-e-lancado-durante-encontros-do-fmi-e-banco-mundial>

- Uso mais eficiente dos balanços e do capital contingente;
- Reforma dos bancos multilaterais para maior agilidade e integração;
- Fortalecimento das capacidades domésticas e das plataformas nacionais de investimento sustentável;
- Promoção da inovação financeira com maior mobilização do setor privado;
- Aprimoramento dos marcos regulatórios de integridade e transparência no financiamento climático.

As recomendações do Círculo de Ministros de Finanças da COP30, juntamente com as contribuições do Grupo Independente de Especialistas de Alto Nível em Finanças Climáticas (IHLEG), forneceram elementos cruciais para a construção do *Roadmap* Baku-Belém, estabelecendo propostas estratégicas para a operacionalização da NCQG.⁷

2. DESENVOLVIMENTO DO ROADMAP BAKU-BELÉM E A CONFERÊNCIA DE BONN

Mais de 227 submissões foram enviadas ao Secretariado da UNFCCC por governos, observadores e organismos financeiros, evidenciando o amplo interesse e as elevadas expectativas em torno da elaboração do *Roadmap*.^{8,9} As contribuições das Partes refletiram as divergências históricas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento sobre o escopo da NCQG – em especial sobre quem deve prover os recursos e quais fontes devem ser consideradas no montante de US\$ 1,3 trilhão anuais propostos.

Para orientar a elaboração do Roadmap, as Presidências da COP29 e da COP30 publicaram, em maio de 2025, um plano de trabalho conjunto, pouco antes da Conferência de Bonn, realizada em junho de 2025.¹⁰

⁷O IHLEG foi incumbido de ajudar a desenvolver e apresentar opções de políticas e recomendações para incentivar e viabilizar o financiamento público e privado necessários para o cumprimento dos compromissos, da ambição, das iniciativas e das metas do Acordo de Paris, reforçados pelo Pacto Climático de Glasgow, pela agenda de Sharm el-Sheikh e pela Estrutura Global de Financiamento Climático da COP28.

⁸UNFCCC. Baku to Belém Roadmap to 1.3T. Submissions. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/baku-to-belem-roadmap-to-13t#Submissions>

⁹UNFCCC. Baku to Belém Roadmap to 1.3T. Submissions. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/baku-to-belem-roadmap-to-13t#Submissions>

¹⁰UNFCCC. Baku to Belém Roadmap to 1.3T: Work plan. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/646798>

Segundo as Presidências, encarregadas de coordenar o desenvolvimento do *Roadmap* e a sua articulação com iniciativas complementares, como o Círculo dos Ministros de Finanças e o IHLEG, o relatório contém um amplo conjunto de ações e medidas voltadas para ampliar o financiamento climático e apoiar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs).

Durante a 62ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC (SB62), foram realizadas consultas com Partes e stakeholders a fim de reunir subsídios para o trabalho técnico. Nessas reuniões, alguns países expressaram frustração com a falta de transparência do processo, especialmente em relação à incorporação das contribuições nacionais e à sua relação com o Círculo de Ministros de Finanças.

Países em desenvolvimento destacaram a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos na provisão de financiamento climático, pleiteando a priorização de fontes públicas e condições mais acessíveis de financiamento. Em contraste, os países desenvolvidos defenderam uma abordagem que incluía múltiplas fontes, destacando o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento e do setor privado.

As propostas apresentadas ao longo das consultas retomaram temas centrais das submissões iniciais, entre eles:

- A criação de um ambiente propício para investimentos sustentáveis;
- A necessidade de simplificar o acesso ao financiamento e ampliar o espaço fiscal dos países em desenvolvimento;
- O endereçamento de barreiras estruturais, como o alto custo do capital, aumento do endividamento e exigências condicionais;
- A inclusão de instrumentos financeiros inovadores, como *green* e *blue bonds*, pagamentos baseados em resultados e mecanismos de *blended finance*;
- A criação de mecanismos de monitoramento, transparência e contabilidade; e
- A definição de marcos intermediários e responsabilidades para determinados atores.

3. A 4ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE FINANCIAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO

Após a reunião dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC, o tema de financiamento foi retomado na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento (FfD4), realizada em Sevilha entre 30 de junho e 3 de julho de 2025. Nesta ocasião, um rascunho do relatório do Círculo de Ministros de Finanças da COP30 foi apresentado.

A principal entrega da FfD4 foi a adoção do *Compromiso de Sevilla*, documento resultante de um ano de negociações, com o objetivo central de enfrentar a lacuna de financiamento necessária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹¹

Embora a retirada dos Estados Unidos das negociações e sua oposição ao texto final tenham evidenciado as tensões geopolíticas do momento, os demais Estados-Membros endossaram o documento, reafirmando o compromisso coletivo com o multilateralismo.

O *Compromiso de Sevilla* propõe um pacote ambicioso de reformas e ações para suprir a lacuna anual de financiamento para desenvolvimento, estimada em US\$ 4 trilhões, e catalisar investimentos em desenvolvimento sustentável em larga escala. As medidas propostas incluem: o aumento do espaço fiscal, o enfrentamento dos desafios da dívida dos países em desenvolvimento, a redução dos custos de capital e a mobilização de mecanismos financeiros inovadores vindos de todas as fontes.

Para isso, o documento estabelece um *framework* global renovado de financiamento para desenvolvimento, estruturado nos seguintes eixos:

- **Recursos públicos nacionais:** promove o uso de instrumentos financeiros escalonáveis que apoiem o desenvolvimento sustentável, como títulos temáticos e títulos vinculados à sustentabilidade, com suporte de estruturas regulatórias robustas e estratégias eficazes de gestão de risco.
- **Negócios e finanças privadas nacionais e internacionais:** incentiva iniciativas de blended finance, com foco no impacto e no grau de alavancagem, observando a sustentabilidade da dívida. Prevê, ainda, a ampliação do financiamento privado mobilizado por fontes públicas até 2030, fortalecendo o uso de compartilhamento de riscos e instrumentos como

¹¹ 4th International Conference of Financing for Development. Final Draft of the FfD4 Outcome Document, “Sevilla Commitment” Adopted. Disponível em: <https://financing.desa.un.org/finaldraftreleased>

capital de primeira perda, garantias, financiamento em moeda local e instrumentos de risco cambial, levando em conta as circunstâncias nacionais.

- **Cooperação internacional para o desenvolvimento e eficácia do desenvolvimento:** propõe a consideração de medidas complementares ao PIB que reflitam o progresso nas dimensões econômica, social e ambiental, visando apoiar o acesso ao financiamento e à cooperação internacional de forma mais inclusiva.

- **Dívida e sustentabilidade da dívida:** destaca a importância de ampliar o acesso a financiamentos concessionais por países em desenvolvimento, integrando a vulnerabilidade nas estratégias de sustentabilidade da dívida e apoio ao desenvolvimento. Recomenda, também, o aumento dos empréstimos em moedas locais para reduzir riscos cambiais e a adoção de instrumentos de dívida inovadores, como títulos temáticos.

- **Arquitetura financeira internacional:** defende o fortalecimento da representatividade dos países em desenvolvimento na definição de normas, na governança econômica global e nas instâncias decisórias das instituições financeiras internacionais, garantindo maior equidade, eficácia e inclusão.

- **Ciência, tecnologia e inovação:** estimula parcerias para garantir a provisão de meios de implementação aos países em desenvolvimento, facilitando o acesso a fundos de ciência, tecnologia e inovação e promovendo o fortalecimento de capacidades e a disseminação de conhecimento, com atenção especial às regiões com maiores necessidades e impactos.

- **Capacitação em dados, monitoramento e acompanhamento:** reafirma o compromisso do Pacto do Futuro de desenvolver um framework com um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável que complementem ou vão além do PIB, a partir do trabalho do grupo independente de especialistas de alto nível e de um processo intergovernamental conduzido pela ONU.

Embora as discussões na FfD4 sejam distintas das da UNFCCC, os resultados da Conferência ofereceram contribuições substantivas ao relatório do Círculo de Ministros de Finanças e, possivelmente, para o Roadmap Baku-Belém. A sinergia entre esses processos é importante para alinhar os esforços de financiamento climático e de desenvolvimento sustentável.

4. O ROADMAP BAKU-BELÉM

Diferentemente de outros documentos elaborados e aprovados no âmbito da Convenção, o *Roadmap* Baku-Belém não integra a agenda formal de negociações da COP30. Trata-se, na verdade, de um documento elaborado pelas presidências da COP29 e COP30, em sintonia com as Partes, visando impulsionar a nova meta coletiva e quantificada de financiamento aprovada pelas Partes na COP29.

É essencial destacar que a urgência em ampliar a disponibilidade e facilitar o acesso a financiamento para projetos alinhados a objetivos climáticos, ou seja, que viabilizem ganhos de mitigação e de adaptação, pode ser considerado o maior entrave para o alcance das metas do Acordo de Paris.

A expectativa de que financiamento será prioritariamente advindo de recursos de países desenvolvidos e, preferencialmente, de doações, não é mais válida. Os países desenvolvidos devem, de acordo com a NCQG, mobilizar ao menos US\$ 300 bilhões por ano, o que tende a se traduzir em financiamento via bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos privados e outras instituições.

O *Roadmap* apresentado busca convergir esforços entre governos, setor privado e organismos multilaterais, servindo como um marco para a ação climática global, voltado para reformular como o financiamento e seus instrumentos operam.

Um de seus principais desafios foi traduzir a decisão da NCQG em diretrizes claras e operacionais, inaugurando uma nova fase no financiamento climático, caracteriza pela diversificação das fontes de capital. Nesse sentido, o *Roadmap* estrutura-se em cinco frentes de ação prioritárias – os “5Rs”:

- i. Reabastecimento** de doações, financiamento concessional e capital de baixo custo;
- ii. Reequilíbrio** do espaço fiscal e da sustentabilidade das dívidas;
- iii. Redirecionamento** de financiamento privado transformador e redução do custo de capital;
- iv. Reestruturação** da capacidade e da coordenação para portfólios climáticos em escala; e
- v. Reformulação** de sistemas e estruturas para fluxos de capital equitativos.

Essas frentes buscam ampliar o acesso ao financiamento pelos países em desenvolvimento e fortalecer resultados em áreas-chave como adaptação, perdas e danos, energia limpa, natureza, sistemas alimentares e soluções que proporcionem transições justas.

Para cada uma dessas ações prioritárias, o *Roadmap* propõe uma série de ações, entre 2026 e 2028 para orientar decisões políticas e técnicas, priorizar investimentos e catalisar a agenda de financiamento de projetos climáticos. Dentre as principais medidas, vale destacar:

- i.** Convocação, pelas Presidências da COP29 e da COP30, de um grupo independente de especialistas para refinar dados e propor caminhos concretos de financiamento, visando a entrega de um primeiro relatório em outubro de 2026;
- ii.** Diálogos periódicos com Partes e *stakeholders*, coordenados pelas Presidências, para avaliar como progredir nas 5 frentes de ações no médio e longo prazo;
- iii.** Elaboração, pelos países desenvolvidos, de um “plano de entrega conjunto” até o final de 2026, detalhando contribuições e caminhos para alcançar US\$ 300 bilhões até 2035;
- iv.** Apresentação de relatórios pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, até outubro de 2027, sobre como podem ampliar o financiamento climático, inclusive por meio de reformas na adequação de capital;
- v.** Adoção de metas transparentes de adaptação e mobilização de capital privado até 2027 por parte dos bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras de desenvolvimento;
- vi.** Convite para que o Fundo Monetário Internacional realize uma avaliação dos custos, benefícios e viabilidade de uma nova emissão de Direitos Especiais de Saque, visando uma realocação para países em desenvolvimento para fins relacionados ao clima até outubro de 2027.
- vii.** Expansão do apoio de filantropias a hubs de conhecimento para fornecer suporte técnico e institucional na fase inicial de novas plataformas nacionais e facilitar a coordenação com o setor privado (até outubro de 2026);
- viii.** Reporte anual das contribuições das 100 maiores empresas globais e os 100 principais investidores com ativos em países em desenvolvimento para fomentar a implementação das NDCs e dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs);

ix. Elaboração de um relatório conjunto pelos Secretariados Executivos das Convenções do Rio (UNFCCC, CDB e UNCCD), até o final de 2027, sobre instrumentos econômicos que promovam sinergias e co-benefícios.

Muito embora o *Roadmap* se desenvolva, em princípio, fora da agenda formal das negociações da UNFCCC, o relatório aponta diversos “pontos de entrada” para monitorar seu progresso, fundamentados na decisão da NCQG:

- **Global Stocktake (GST):** a Conferência das Partes do Acordo de Paris (CMA) fará o balanço da implementação da decisão da NCQG como parte do GST 2, em 2028. Com a fase técnica iniciando em 2027, as Partes podem solicitar um espaço dedicado no diálogo técnico do segundo GST (2027-2028) para reportar o progresso das ações do *Roadmap*.
- **Relatório Bial do Comitê Permanente de Finanças (SCF):** com início em 2027-2028, o SCF é mandatado a relatar o progresso de todos os elementos da decisão. As Partes podem solicitar que o SCF incorpore o progresso das medidas do roteiro em seu relatório bial.
- **Revisão da decisão da NCQG em 2030:** a decisão prevê uma revisão da NCQG pela CMA em 2030. As Partes podem considerar uma modalidade para que diferentes atores reportem o acompanhamento das ações do *Roadmap*, possivelmente em conjunto com a Agenda de Ação.

A oportunidade de fortalecer uma nova década de implementação do Acordo de Paris lastrada na adoção de ações de mitigação e de adaptação, está intrinsecamente vinculada a necessidade de financiamento. Neste sentido, as submissões feitas pelas Partes para contribuir com o *Roadmap* sugerem que a importância de criar mecanismos claros de acompanhamento e execução do financiamento climático. Isso sugere que o *Roadmap* Baku-Belém deve representar mais do que um plano de implementação, marcando o início de uma nova abordagem multilateral de financiamento climático. Seu êxito dependerá da capacidade de orientar mudanças no ecossistema financeiro global, atraindo recursos de múltiplas fontes e incorporando instrumentos inovadores, como garantias, *swaps* de dívida por ação climática ou conservação da natureza, e outros mecanismos de mitigação de risco.

O fortalecimento do multilateralismo climático depende de reconhecer que o financiamento de projetos de mitigação e adaptação não é apenas uma condição necessária para o combate às mudanças climáticas, mas também um vetor de desenvolvimento sustentável e redução de desigualdades.

A transversalidade do tema reforça a necessidade de coordenação entre diferentes fóruns internacionais, como o G20, o BRICS e a COP, garantindo coerência técnica e política entre as discussões conduzidas sob a UNFCCC

e outras iniciativas globais. Esse alinhamento é fundamental para maximizar a eficácia dos resultados globais e evitar sobreposições ou lacunas na implementação.

A operacionalização desses compromissos depende de sua tradução em políticas públicas eficazes, sendo crucial definir os diferenciais que devem caracterizar o financiamento climático em relação aos fluxos convencionais de crédito. Se bem implementado, o *Roadmap* poderá consolidar-se como referência central para essa nova fase de financiamento climático, incentivando projetos alinhados a objetivos de mitigação e adaptação.

A possibilidade de catalisar uma verdadeira transformação da agenda de financiamento climático, inspirada em um Mutirão Global pela Humanidade e pelo Planeta, exige uma ambiciosa reorientação dos fluxos financeiros, voltados para priorizar projetos alinhados a objetivos climático, que coloquem desafios da humanidade no centro e gerem, de forma contundente, desenvolvimento para a sociedade.

Nesse sentido, o *Roadmap* Baku-Belém tem o desafio de se integrar ao processo formal da UNFCCC e do Acordo de Paris, uma ampla reestruturação da agenda financeira global que fortaleça volume de recursos e que viabilize acesso para os países em desenvolvimento, visando implementar ações que gerem, além de ganhos de mitigação e de adaptação, resultados que propiciem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



O PAPEL DO **ROADMAP BAKU** À BELÉM DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Rodrigo C. A. Lima
Sabrina Kossatz Borba